

D038

Alfabetização de adultos
pelo 1º e 2º plano

Autora: Monina Oliveira

1997

Alfabetização de adultos fica em segundo plano

A justificativa do governo é a de que faltam recursos e que os alunos do ensino regular de primeiro grau têm que ser priorizados

Marina Oliveira

Da equipe do Correio

Trinta milhões de brasileiros que têm mais de 15 anos e não sabem ler ou escrever foram desconsiderados pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que, pela primeira vez desde a aprovação da Constituição de 1988, dá ao Brasil um conjunto de leis e medidas atribuindo responsabilidades específicas na área de educação para União, estados e municípios.

O presidente Fernando Henrique Cardoso vetou, no final de dezembro, artigo da LDB que destinava recursos do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério à educação de adultos.

"Recomendamos que o presidente vetasse o artigo porque não existem dados confiáveis sobre o número de alunos nesses cursos, impossibilitando a fiscalização", justifica a Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação (MEC), Iara Prado. "Temos

que priorizar os alunos matriculados no ensino regular de primeiro grau", defende Iara Prado.

Segundo ela, a educação de adultos é muito heterogênea, dificultando o controle. "O aluno só aparece para fazer provas, muitas vezes abandona o curso e nem o colégio fica sabendo", diz. Mas ela faz uma ressalva. "Mas os estados e municípios não estão proibidos de investir no ensino de adultos e podem aplicar recursos próprios nos supletivos."

Na visão do MEC, a melhor saída para baixar os níveis de analfabetismo no País é atacar suas principais causas: a evasão escolar e a repetência. Dados do ministério mostram que tanto a repetência quanto a evasão escolar caíram no País entre 1989 e 1992 e que isso teve reflexo no número de analfabetos, que também diminuiu.

COBERTOR CURTO

"Na realidade o estado vive o dilema de ter que tirar do ensino fundamental para colocar na educação de adulto. É

como uma pessoa com um cobertor curto demais para o seu tamanho", avalia Sérgio Haddad, membro da Comissão Nacional para Alfabetização de Adultos e coordenador da Ação Educativa, organização não governamental de São Paulo, especialista no assunto. "O pior é que são justamente os analfabetos que não conseguem emprego e estão sendo expulsos do sistema", lamenta Haddad.

Neste ano, o governo federal separou R\$ 50 milhões para a educação de adultos. O que dá uma média de R\$ 2 por analfabeto. E, embora esse recurso seja mais que o dobro do que foi aplicado em 1994, a quantia é irrisória diante das necessidades nacionais.

Há, no entanto, uma tendência crescente do sistema de ensino de expulsar os alunos que estão fora da idade escolar. A Secretaria de Educação de São Paulo, por exemplo, recomendou a todas as escolas de sua rede que não matriculem crianças com mais de 14 anos no primeiro grau.

"É preciso entender que, com a globalização, não podemos nos contentar em eliminar o analfabetismo. As pessoas têm de ser capazes de pelo menos entender aquilo que lêem, ou estaremos criando uma nação fadada ao eterno subdesenvolvimento", protesta Sérgio Haddad.

Analfabetos, drama latino-americano

Dezessete por cento das pessoas com mais de 15 anos na América Latina não sabem ler ou escrever. "Estamos criando um exército de pessoas que não têm como conseguir emprego numa economia globalizada", alerta Carlos Núñez, do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal), que reúne organizações não-governamentais dedicadas ao assunto em todo continente.

Na semana passada, a Unesco e Ceaal realizaram em Brasília uma Conferência Regional de Educação de Adultos. Os participantes discu-

tiram propostas que levarão à Conferência Internacional sobre o Analfabetismo de Adultos, em julho, na Alemanha.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Ceaal denunciam um desinteresse dos governos latino-americanos na educação para adultos. "Na concepção neoliberal que tomou conta do continente, não há justificativa para se investir num cidadão que não é competitivo", afirma Carlos Núñez.

Ele diz que, de maneira geral, os governos optam por aplicar os re-

cursos no ensino fundamental, tentando eliminar a repetência e a evasão escolar entre os alunos em idade escolar. Que é exatamente o que está ocorrendo no Brasil.

Segundo os especialistas, a alfabetização de adultos ainda não encontrou um modelo ideal de eficiência. As iniciativas na área têm origem diversa — umas são patrocinadas pelos governos e outras pela sociedade civil. Além disso, há o agravante dos alunos possuírem necessidades muito diferentes, por estarem distribuídos em uma faixa etária muito ampla.